



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO – DELMIRO GOUVEIA  
GEOGRAFIA LICENCIATURA

**JOSÉ CLÉBSON OLIVEIRA DA CRUZ ALVES**

**UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE OS ASSENTAMENTOS  
DE REFORMA AGRÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA DE  
MERCADO EM PIRANHAS - AL**

Delmiro Gouveia/ AL

2018

JOSÉ CLÉBSON OLIVEIRA DA CRUZ ALVES

**UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE OS ASSENTAMENTOS  
DE REFORMA AGRÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA DE  
MERCADO EM PIRANHAS - AL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial da Universidade Federal  
de Alagoas para obtenção do grau de  
Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Msc. Francisca Maria  
Teixeira Vasconcelos

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca do Campus Sertão**  
**Sede Delmiro Gouveia**

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza – CRB-4/2209

A474u Alves, José Clébson Oliveira da Cruz

Um olhar geográfico sobre os assentamentos de reforma agrária e da reforma agrária de mercado em Piranhas - AL / José Clébson Oliveira da Cruz Alves. – 2019.

46 f. : il.

Orientação: Profa. Ma. Francisca Maria Teixeira Vasconcelos.  
Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Geografia. Delmiro Gouveia, 2019.

1. Geografia humana. 2. Assentamento rural. 3. Reforma agrária.  
4. Programa Crédito Fundiário. 5. Piranhas – Alagoas. I. Título.

CDU: 911.372.2

FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTOR: JOSÉ CLÉBSON OLIVEIRA DA CRUZ ALVES

UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE OS ASSENTAMENTOS  
DE REFORMA AGRÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA DE  
MERCADO EM PIRANHAS - AL

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Geografia da  
Universidade Federal de Alagoas –  
Campus do Sertão, como requisito  
parcial para obtenção do grau de  
Licenciado em Geografia. Aprovado em  
07 de fevereiro de 2018.

*Francisca Maria Teixeira Vasconcelos*

---

Prof<sup>o</sup> Msc. Francisca Maria Teixeira Vasconcelos (Orientadora)

**Banca Examinadora:**

*Wanubya Maria Meneses da Silva*

---

Prof<sup>o</sup> Msc. Wanubya Maria Meneses da Silva (Examinadora Interna)

*Ricardo de Holanda Leão*

---

Prof<sup>o</sup> Msc Ricardo de Holanda Leão (Examinador Externo)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a toda a minha família, e a todos que estiveram do meu lado. Agradeço ao Deus pai todo poderoso que mim deu forças para conseguir realizar esse grande objetivo, e seguir lutando.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao Deus Pai Todo Poderoso, por mim dar forças na caminhada da vida.

A minha família que sempre estive ao meu lado, nos momentos mais difíceis, onde sempre mim deram a mão para seguir em frente, lutando para alcançar os meus objetivos.

Aos meus irmão, que a mim incentivaram em especial ao meu irmão e Compadre Cletiston, que sempre compreendeu - me.

Aos meus tios e tias, primos e primas, padrinhos e madrinhas, afilhados e afilhadas, compadres e comadres, e em especial a minha querida avô Maria Oliveira da Cruz ( Dona Flozinha) a flor que perfuma o jardim da minha vida, sendo um grande exemplo de vida à todos nós, como um símbolo de coragem, força e fé.

Aos meus amigos, que durante todos esses anos, mim auxiliaram em todas as horas.

Quero deixar um grande agradecimento a Escola Casinha Feliz, localizada em Olho D´Água do Casado – AL, na qual no final dos anos 90, foi a minha primeira escola, onde eu aprendi a escrever e lê as primeiras palavras, deixando os agradecimentos as minhas professoras Tia Vera e Tia Angela.

A Escola Municipal Antenor Serpa, que fica também em Olho D´Água do Casado – AL, onde estudei uma boa parte do ensino fundamental com grandes professores, sendo os meus sineros agradecimentos a vocês, Tia Vera, Tia Angela, Romildo, Madson, Neide.

Agradeço a escola que também fica em Olho D´Água do Casado – AL, a Escola Municipal Amélia Martins que fica localizada na rua do Desvio, um lugar que sempre marcou a minha vida, onde na qual tiveram profissionais que participaram da minha formação educacional, na qual sempre agradeço a esses profissionais: Luciene, Vaval e Madson.

Não posso deixar de reconhecer a importancia da Escola Estadual Professor José Sena Dias, que fica localizada no Distrito Piau, municipio de Piranhas – AL, onde conclui o ensino fundamental e o médio, não podendo deixar de agradecer a todos os profissionais da referente escola: Luiza, Josimar, Quiteria, Charleane, Cristivão, Sida, Lilimar, José Lima, Cléia, Clecia, Fiinha, Josenildo(in memorian), Cicero Karl Marx (in memorian),

Gilvaneide, Hivaneide, Rose, Rui Cleber, Jussimara, Lucimar, Lucimeire, João Diniz, João Evanio, Jakeline, Neto, Ednalda, Paulo Cersár, Jurandir, Jean, Mauro. Agradecendo a todos os docentes que participaram da minha formação, do prezinho até o ensino médio. Obrigado a todos pelo incentivo, motivação e aprendizagem para sempre seguir em busca de um objetivo.

Aos professores da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, em especial: Kleber Silva, Felipe de Paula, Guntemberg, Sara Souza, Daniele, Ivan, Leonidas Marques, Beto, Roberison, Angela, Savio. Na qual foi uma grande hora ter grandes mestres, onde espero dividir com vocês em breve o meu conhecimento no mundo acadêmico.

Amigos da UFAL, dividimos grandes momentos de nossa vida na Universidade, na qual agradeço a Sueleide Rodrigues, Elisa, Adriana, Welton, Cristovão Lira, Isabela, Moiseis e a Jacson Vieira na qual o mesmo por motivos maiores não pode concluir o curso.

Não posso esquecer os amigos que sempre deram um grande apoio, ao longo desses anos, Zé Marcos e Tita de Bidão que compreenderam cedendo uma grande ajuda na questão do transporte, Micelania e Romilton Pinto, por terem mim recebido de portas abertas na suas casas.

A todos os servidores da UFAL, sejam eles responsáveis pela limpeza, segurança, os técnicos administrativos, os bibliotecários, a Direção Geral e a Direção Acadêmica do Campus, pelo grande desempenho prestado na Universidade.

Minha orientadora Francisca Vasconcelos, na qual não teve só o papel de orientadora, e sim o papel de uma amiga, irmã que sempre mim aconselhou, levando consigo a palavra coragem para seguir em frente. Agradeço a essa pessoa maravilhosa, pelos diversos momentos vividos durante o curso na qual consegui absorver grandes ensinamentos, e esteja aonde estiver sempre levarei comigo esses ensinamentos.

A minha esposa Jailza Alves da Silva, que esteve sempre ao meu lado, dando motivações para seguir em frente, sendo a luz que mim guia durante os bons e os maus momentos vividos por mim.

Por fim agradeço a duas grandes pessoas importantes na minha vida, os meus pais, sendo que um é uma luz que mim guia na terra, e o outro é uma estrela que mim ilumina no céu. A minha Rainha Maria Francisca Oliveira da Cruz, uma mulher de fibra, que foi a pessoa mais importante para minha formação, pessoal e profissional, sempre mim ensino a respeitar as pessoas, lembro – me, que sempre acompanhava tanto o meu

desempenho como o do meu irmão na escola, e sempre esteve conosco ajudando a lê e a escrever as primeiras palavras. Sendo uma grande mulher, uma boa mãe e uma excelente professora. Ao meu pai Pedro Alves de Paiva(in memoriam) sei que está no céu iluminando todos os seus filhos, onde agradeço pai, por ter aprendido com voce grandes coisas, que ficaram marcados na minha vida. Encerro os meus agradecimentos com a frase do cantor kara veia em homenagem ao meu pai. “ Na terra se apaga uma luz, no céu se acende uma estrela.”

Obrigado a todos!

## **RESUMO**

O presente trabalho intitulado: Tem como objetivo apresentar um pequeno estudo realizado nos assentamentos integrantes do Programa Crédito Fundiário (integrante da Reforma Agrária de Mercado) e dos assentamentos de Reforma Agrária localizados em Piranhas-AL. A ideia foi entendermos as condições atuais dessas áreas quanto ao acesso a terra, produção, acesso ao crédito etc., bem como o processo de territorialização das famílias assentadas nos supracitados assentamentos. Como procedimentos metodológicos nos utilizamos da busca de referências bibliográficas, documental, bem como da realização de trabalhos de campo.

Palavras Chaves: MST, Crédito Fundiário, Piranhas

## **ABSTRACT**

The present work entitled: Aims to present a small study carried out in the settlements that are part of the Land Credit Program (part of the Agrarian Reform of the Market) and Agrarian Reform settlements located in Piranhas-AL. The idea was to understand the current conditions in these areas regarding access to land, production, access to credit, etc., as well as the process of territorialization of families based on the aforementioned settlements. As methodological procedures we use the search of bibliographical references, documentary, as well as the accomplishment of fieldwork.

Key Words: MST, Land Credit, Piranhas

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

<b>Figura 1-</b>	Aplicação do questionário com a liderança Damião Bezerra de Lima.	<b>35</b>
<b>Figura 2-</b>	Reunião do Banco do Nordeste no Assentamento Picos II, julho de 2017.	<b>36</b>
<b>Figura 3-</b>	Reunião do Banco do Nordeste no Assentamento Boa Vista dos Venturas - Espinheiro, julho de 2017.	<b>36</b>
<b>Figura 4-</b>	Cisterna de água para a distribuição de água dos Assentamentos Margarida Alves e Antônio Conselheiro, outubro de 2017.	<b>37</b>
<b>Figura 5-</b>	Caixa de água para a distribuição de água dos Assentamentos Margarida Alves e Antônio Conselheiro, outubro de 2017.	<b>38</b>
<b>Figura 6-</b>	Casa e cisterna da senhora Luciene no Assentamento Quiribas, março de 2017.	<b>39</b>
<b>Figura 7-</b>	Rede de energia do Assentamento Baixa da Légua, julho de 2017.	<b>40</b>
<b>Figura 8</b>	Igreja Assembleia de Deus no Assentamento Margarida Alves, outubro de 2017.	<b>40</b>

:

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1-</b>	Brasil – a luta pela terra e sua conquista – 1979-2006	<b>23</b>
<b>GRÁFICO 1-</b>	Assentamentos rurais de Piranhas – Alagoas	<b>28</b>
<b>GRÁFICO 2-</b>	Tempo de duração de acampamento MST	<b>28</b>
<b>GRÁFICO 3-</b>	Tempo de duração de acampamento do ITERAL	<b>29</b>
<b>GRÁFICO 4-</b>	Articulação principal dos assentamentos com algumas Ongs ou movimento social	<b>30</b>
<b>GRÁFICO 5-</b>	Atividades econômicas encontradas nos assentamentos do INCRA	<b>30</b>
<b>GRÁFICO 6-</b>	Atividades econômicas encontradas nos assentamentos do ITERAL	<b>31</b>
<b>GRÁFICO 7-</b>	Produtos agrícolas cultivados nos assentamentos do INCRA	<b>31</b>
<b>GRÁFICO 8-</b>	Produtos agrícolas cultivados nos assentamentos do ITERAL	<b>32</b>
<b>GRÁFICO 9-</b>	Tipos de criação nos assentamentos do INCRA	<b>32</b>
<b>GRÁFICO 10-</b>	Tipos de criação nos assentamentos do ITERAL	<b>33</b>
<b>GRÁFICO 11-</b>	Aspectos populacionais das famílias assentadas do MST	<b>34</b>

## **LISTA DE TABELA**

<b>Tabela 1-</b>	Assentamentos do Município de Piranhas – Alagoas.	<b>23</b>
------------------	---	-----------

## **LISTA DE MAPA**

**Mapa 1-** MUNICÍPIO DE PIRANHAS – AL. **15**

## SUMÁRIO

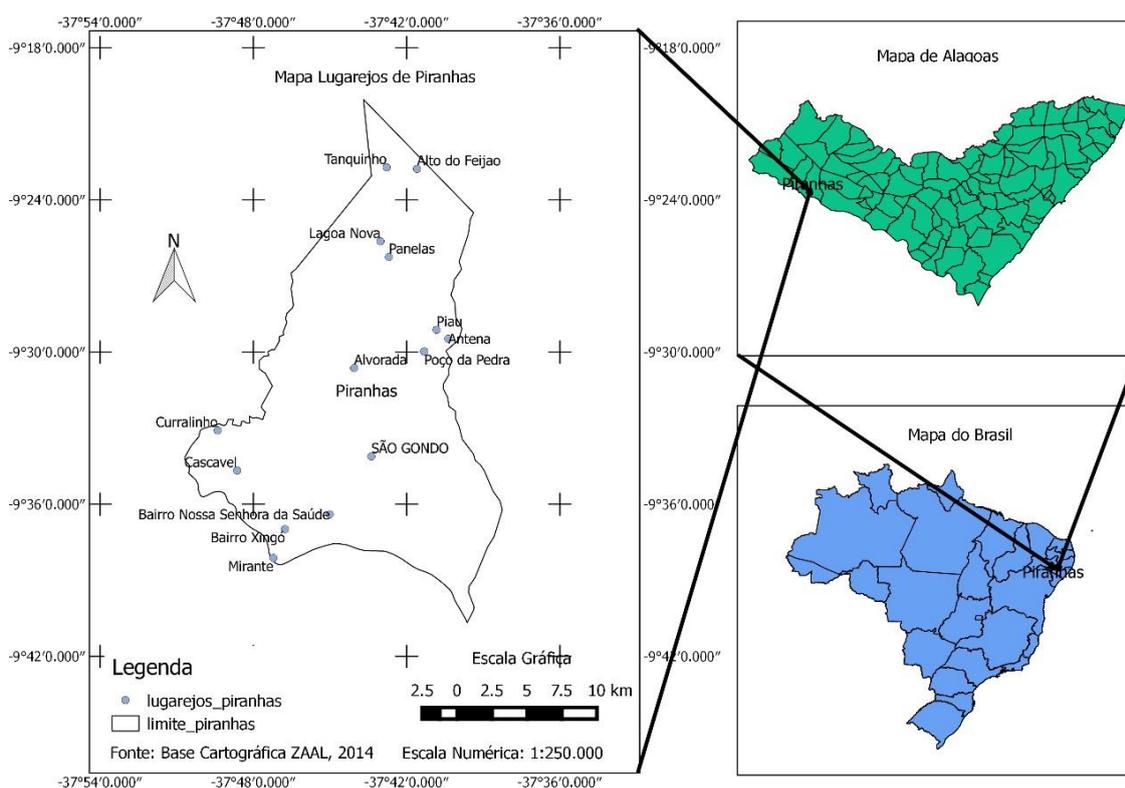
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1 FORMAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E O LUTA PELA TERRA NO BRASIL .....</b>	<b>17</b>
<b>1.1 Breve histórico da concentração da propriedade da terra e da luta dos trabalhadores pelo seu acesso .....</b>	<b>17</b>
<b>1.2 O MST e sua atuação na luta pela Reforma Agrária no Brasil.....</b>	<b>22</b>
<b>1.3 A contra-reforma agrária no Brasil: os programas de compra e venda da terra.....</b>	<b>24</b>
<b>2. A REALIDADE DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE PIRANHAS – AL....</b>	<b>27</b>
<b>2.1 O processo de formação e de produção dos assentamentos.....</b>	<b>27</b>
<b>2.2. Aspectos populacionais das famílias assentadas .....</b>	<b>33</b>
<b>2.3. Condições Infraestrutura e presença de serviços .....</b>	<b>37</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
<b>REFERENCIAS .....</b>	<b>42</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>43</b>

## INTRODUÇÃO

O referente trabalho “Um Olhar Geográfico Sobre as áreas de Reforma Agrária em Piranhas – AL”, tem como objetivo a compreensão quanto ao processo de formação e das atuais características dos assentamentos de Reforma Agrária no Município de Piranhas-AL. A ideia é entendermos as condições apresentadas por essas áreas quanto a produção, o acesso ao crédito e geração de renda.

Os assentamentos pesquisados estão localizados na zona rural do município de Piranhas, alto sertão alagoano. Os mesmos integram tanto as áreas desapropriadas via INCRA, como as áreas adquiridas via programas de compra e venda da terra que integram a Reforma Agrária de Mercado.

### MAPA1: MUNICÍPIO DE PIRANHAS – AL.



MAPA 1:FONTE: FERREIRA, IVIA. Fevereiro de 2018

A cidade de Piranhas está localizado no sertão alagoano, há 291 km da capital Maceió, as margens da AL 220 km. O município faz limites com os municípios de Olho D'Água do Casado, Pão de Açúcar, são José da Tapera, Inhapi e Canindé de São Francisco (SE). A população é de 23.045 habitantes segundo o Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatísticas (IBGE), sua área é de 410,112 km<sup>2</sup>, o município tem 130 anos de emancipação política, e tendo um grande destaque na cultura e no turismo por ser uma cidade histórica, lugar onde as volantes expôs pela primeira vez na frente da Prefeitura a cabela de Lampião e Maria Bonita juntamente com nove cangaceiros, sendo visitada por turistas durante o ano inteiro, gerando assim uma fonte de renda para os moradores do município e injetando dinheiro na economia local. Uma outra fonte econômica do município é a agricultura, onde o Distrito Piau é chamado da capital do feijão, pela grande safra que colhia no final dos anos 90 e início dos anos 2000. Hoje por conta da estiagem os agricultores tem sofrido, por não colherem o feijão e milho, mais diantes de todas as consequências que estão passando ainda vivem felizes no sertão.

Os assentamentos a serem trabalhados são: Olga Benário; Magarida Alves; Antonio Conselheiro; Dois Irmãos; Lagoa da Cachoeira, tendo uma organização via Incra, os assentamentos de organização via Inter al são: Baixa da Légua; Boa Vista dos Ventura; Boa Vista; Piau; Terra Nova; Nossa senhora da Saúde; Picos I; Picos II; Quiribas e Ouro Preto.

Como aporte teórico-metodológico, nos utilizamos de autores no ambito da ciencia geográfica que vem se debruçando sobre os estudos das políticas de Reforma Agrária e criação de assentamentos rurais, bem como do processo de luta pela terra, a exemplo de Fernandes (2001). Nossos metodológicos se deram a partir da coleta de dados em órgãos públicos, como no Instituto de Terras de Alagoas (ITERAL), no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em trabalhos de conclusão de curso disponibilizados na biblioteca da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); idas a campo para aplicação de entrevistas e questionários junto as lideranças das áreas pesquisadas e as famílias assentadas.

O trabalho se divide em dois capitulos. O primeiro traz uma literatura sobre o objeto de investigação. Trazendo um breve histórico da concetração da propriedade da terra e da luta dos trabalhadores pelo seu acesso no Brasil, a atuação do MST e sua luta pela reforma agrária e a criação da reforma agraria de mercado.

No segundo capitulo nos debruçamos sobre a realidade dos assentamentos rurais de Piranhas-AL, o processo de formação e de produção dessas áreas; os aspectos populacionais; as condições de infraestrutura e a presença de serviços.

## **1 FORMAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E O LUTA PELA TERRA NO BRASIL**

A base da formação territorial do Brasil tem o processo de luta e resistência muito forte, onde os territórios se formam tendo a violência como sua marca principal. No seio desse processo formaram-se redutos históricos de luta, a exemplo do Quilombo dos Palmares, tendo como seu principal objetivo a luta pela liberdade dos escravos e a demarcação das terras dos grandes latifundiários contra o trabalho escravo, sendo sua referência o Zumbi dos Palmares.

O objetivo principal da Reforma Agrária é combater a concentração fundiária no processo de resistência contra a expropriação, possui, assim, diversas configurações de acordo com Fernandes (2009, p. 02):

A ocupação da terra como forma e espaço de luta e resistência camponesa; a intensificação da concentração fundiária como resultado da exploração e das desigualdades geradas pelas políticas inerentes ao sistema socioeconômico; a reforma agrária como política pública possível de solucionar o problema fundiário, mas nunca implantada. Fernandes (2009, p.02).

### **1.1 Breve histórico da concentração da propriedade da terra e da luta dos trabalhadores pelo seu acesso**

Sobre a luta pela terra no Brasil, Fernandes (2009, p. 02) afirma que “A luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e resistir contra a expropriação”. Para o autor a luta não terminou e nem está perto de terminar, “Desde as lutas messiânicas ao cangaço. Desde as Ligas Camponesas ao MST, a luta nunca cessou”. A estrutura fundiária brasileira vem sendo mantida desde o Brasil Colonial, com as capitânicas hereditárias até os dias de hoje, mantendo alto padrão de concentração de terras. O modelo latifundiário sempre se manteve através do poder e da violência, gerando uns dos grandes problemas do Brasil que é a questão agrária.

No âmbito da luta pela terra, a reforma agrária é uma política recente, ganhando forças somente com a organização das ligas camponesas no Nordeste. Segundo Fernandes (2009, p. 02): “A luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária. De acordo com o autor a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e na luta pela reforma agrária participam diferentes instituições”. Assim, a luta pela terra existe para lutar contra o latifúndio. A luta pela terra é de suma importância, não somente para os camponeses, mas para a sociedade brasileira como um todo, trazendo como um principal objetivo a igualdade na distribuição de terras e construindo para um desenvolvimento humano social. Entendemos que não temos ainda um projeto de reforma agraria, mesmo

diante do crescimento das ocupações de terras no Brasil, realizadas por diversos movimentos sociais, ainda há muito a ser feito.

Durante os séculos XVI e XVII, o Brasil passou por diversos momentos de lutas indígenas contra os cativeiros, bem como de escravos advindos da África para sustentar o funcionamento das grandes unidades produtoras de cana-de-açúcar no Nordeste do Brasil. No âmbito de quadro de resistência contra o latifúndio, começaram a surgir os primeiros movimentos e espaços de luta contra o latifúndio, a exemplo dos quilombos.

Tal fato nos mostra que a história do Brasil, desde o período de invasão foi marcada por grandes lutas. Segundo Fernandes (2009, p.04) “O quilombo era um território de resistência. Era terra de negro, onde reinava a liberdade. Nesses espaços viviam alguns índios e também trabalhadores livres e marginalizados”.

Podemos verificar que:

Foram muitos quilombos que se formaram por todo o Brasil. Quilombos foram atacados, destruídos e novos quilombos foram erguidos em três séculos de luta contra uma das mais cruéis formas de exploração: o cativo. Nessas lutas foram enfrentando e destruído o insustentável sistema escravocrata. FERNANDES (2009, p. 05)

A partir dessa vertente o autor verifica que:

Na segunda metade do século XIX, para fazer avançar o sistema capitalista, no Brasil foi criada a propriedade da terra e em seguida os escravos tornaram-se trabalhadores livres. Quando escravos, os trabalhadores eram vendidos como mercadorias e como produtores de mercadorias. Como trabalhadores livres, vendiam sua força de trabalho ao ex-escravocrata, então fazendeiro – capitalistas. Permaneceu a separação entre os trabalhadores e os meios de produção. Com a constituição da propriedade da terra mais de trinta anos antes do fim do sistema escravocrata, a terra tornara-se cativa. De modo que os escravos tornaram-se livres e sem-terra. FERNANDES (2009, p.05)

Os imigrantes europeus começaram a chegar ao Brasil, e com eles expandiu-se o trabalho livre, junto com a conquista da força de trabalho dos negros. Isto para os negros foi uma conquista, já para os europeus, foi o que restou. A partir do processo de libertação, os ex-donos de escravos passaram a grilar as terras, como relata Fernandes.

[...] Esses transformaram florestas em fazendas de café ou de gado, mas foram expropriados, expulsos, sempre sem-terra. Assim nasceu o posseiro, aquele que possuindo a terra, não tem o seu domínio. A posse era fruto do trabalho e o domínio era resultado do poder. FERNANDES (2009, p. 05).

Parte significativa da aquisição de grandes propriedades de terra no Brasil se deu via grilagem de terras. Estas foram apropriadas por meio de falsificações de documentos, bem como de assassinatos de muitos trabalhadores no campo, esses elementos representam as bases da estrutura fundiária extremamente concentrada no Brasil. Os camponeses representavam a mão de obra barata, trabalhando na derrubada da mata para

em seguida se iniciar o processo de produção, preparando assim o espaço para os grandes latifundiários.

A classe trabalhadora rural seja dos territórios indígenas ou quilombolas enfrentaram a violência no campo, na qual gerou mortes, massacres e o genocídios. Diante de tais acontecimentos o latifúndio se estendia por todo o território nacional. Desta maneira, os escravos migraram pelas estradas, encontrando terras cercadas, acampavam nas fazendas e os coronéis colocavam a polícia para expulsá-los.

A resistência e luta pela terra e conseqüentemente, pela reforma agrária, tem como expressão maior a derrubada do latifúndio. Os latifundiários, além de concentrarem a terra, concentravam também o poder sobre a classe expropriada, ou seja, o campesinato:

E assim que começou a guerra contra os camponeses. Canudos foi o maior exemplo da organização de resistência camponesa do Brasil. Os camponeses sem-terra acamparam na fazenda Canudos em 1893 e passaram a chamar o lugar de Belo Monte. A organização econômica se realizava por meio do trabalho cooperado, que foi essencial para a reprodução da comunidade. Todos tinham direito à terra e desenvolviam a produção familiar, garantindo um fundo comum para a parcela da população, especialmente os velhos e desvalidos, que não tinham como subsistir dignamente. FERNANDES (2009, p. 06)

A Guerra de Canudos representou a luta pela derrubada do poder exercido pelos coronéis e pelo estado. Para os camponeses sertanejos, lutar contra o governo significava combater aqueles que eram os inimigos da classe trabalhadora, que eram os fazendeiros e militares.

Uma outra guerra que marcou a história de luta pela terra no Brasil se deu no início do século XX, no Sul do País, nos estados do Paraná e Santa Catarina, na qual também havia o domínio político, econômico e social dos grandes latifundiários:

A entrega de terras às empresas norte-americanas para a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul, gerou a expropriação de camponeses, que organizaram a resistência. Em 1912, em Campos Novos – SC, formara-se um movimento camponês de caráter político – religioso. Foram vários enfrentamentos com a Polícia, contra o Exército e contra Jagunços. Milhares de camponeses foram assassinados. Vencidos, reorganizavam-se e retomavam as lutas de resistência até o massacre final. FERNANDES (2009, p. 07).

No início do século XX, onde a expulsão e a perseguição até a morte era muito comum na vida dos camponeses, surgiu uma nova forma de resistência que ficou conhecida como o Cangaço, era uma forma de banditismo social que lutava em defesa da dignidade de sua família:

O Cangaço foi uma forma de organização de camponeses rebeldes que atacavam fazendas e vilas. Os grupos eram formados, principalmente, por camponeses em luta pela terra, expulsos de suas terras pelos coronéis. Os cangaceiros replicavam, vigando-se em uma ou mais pessoas da família do fazendeiro. Os diferentes grupos cangaceiros desenvolviam suas ações por

meio de saques nas fazendas e nas casas comerciais. Essa forma de banditismo colocava em questão o poder do coronelismo. FERNANDES (2009, p. 07)

A partir dessa vertente o autor afirma que:

A forma de organização desde os movimentos messiânicos até os grupos de cangaceiros demarcavam os espaços políticos da revolta camponesa. Eram consequências do cerco à terra e à vida. Embora fossem lutas localizadas, aconteciam em quase todo o território brasileiro e representaram uma importante força política que desafiava e contestava incessantemente a ordem instituída. São partes da marcha camponesa que percorre o espaço da história do Brasil. FERNANDES (2009, p. 07)

Os camponeses sempre foram resistentes no enfrentamento contra o latifúndio. Assim, surgiram diferentes formas de lutas pela reforma agrária, a partir da criação de associações e de sindicatos.

Durante todo o processo de luta pela reforma agrária que crescia pelo Brasil, crescia também o Partido Comunista Brasileiro (PCB). No ano de 1945 surgiram as ligas camponesas:

As ligas camponesas surgiram por volta de 1945. Elas foram uma forma de organização política de camponeses que resistiram a expropriação e a expulsão da terra. Sua origem está associada a recusa ao assalariamento. Foram criadas em quase todos os estados brasileiros e tinham apoio do PCB, do qual eram dependentes. Em 1947, o governo decretou a ilegalidade do Partido e com a repressão generalizada, as ligas foram violentadas reprimidas, muitas vezes pelos próprios fazendeiros e seus jagunços. FERNANDES (2009, p. 08)

No ano de 1945, as ligas camponesas ressurgiram, e nesse mesmo ano, o PCB criou a União dos lavradores e trabalhadores agrícolas (ULTAB), se organizando em todo o território brasileiro. Com isso foram surgindo outros movimentos camponeses como relata o autor.

No Rio Grande do Sul surgiu, no final da década de cinquenta o Movimento dos Agricultores Sem –Terra – MASTER. Os agricultores sem – terra eram assalariados, parceiros e também os pequenos proprietários e os filhos destes. Em 1962, os sem – terra começaram a organização de acampamentos e territorializaram a luta por todo o Estado. Receberam o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro do então governador Leonel Brizola e ficaram circunscritos ao Rio Grande Sul. Com o golpe militar de 1964, todos esses movimentos camponeses foram aniquilados. FERNANDES (2009, p. 07).

Durante toda a história do Brasil a classe trabalhadora foi mantida às margens do poder e em meio à violência. No ano de 1964 os militares assumiram o poder e o Brasil passou pelo processo da ditadura militar, significando um grande retrocesso político.

O autor afirma que:

O golpe significou um retrocesso para o País. Os projetos de desenvolvimento implantados pelos governos militares levaram ao aumento da desigualdade social. Suas políticas aumentaram a concentração de renda, conduzindo a imensa maioria da população à miséria, intensificando a concentração fundiária e promovendo o maior êxodo rural da história do Brasil. Sob a retórica da modernização, os militares aumentaram os problemas políticos e econômicos, e quando deixaram o poder, em 1985, a situação do País estava

extremamente agravada da luta pela terra e na luta pela reforma agrária: o boia fria. FERNANDES (2009, p. 07)

Diante dessa vertente, o autor afirma que:

Em seu pacto tácito, os militares e a burguesia pretendiam controlar a questão agrária, por meio da violência e com a implantação de seu modelo de desenvolvimento econômico para o campo, que priorizou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Ainda, o governo da ditadura ofereceu aos empresários subsídios, incentivos e isenções fiscais, impulsionando o crescimento econômico da agricultura e da indústria, enquanto arrojava os salários, estimulavam a expropriação, multiplicando os despejos das famílias camponesas. Essas ações políticas tiveram efeitos na questão agrária, intensificando ainda mais a concentração fundiária. FERNANDES (2009, p. 06).

A igreja católica criou em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), passando esta a ser uma grande articuladora dos novos movimentos camponeses que surgiram durante o regime militar. Nos anos de 1979 e 1985, os trabalhadores rurais sem-terra, reuniram-se e fundaram o MST, realizando ações e lutas no Centro – Sul do país, como relata o autor:

Em janeiro de 1984, no município de Cascavel – PR, os Sem-Terra fundaram o MST e partiram para a construção de um movimento nacional. Com a realização do Primeiro Congresso em 1985, na cidade de Curitiba, abriram caminhos para a organização do Movimento das regiões Nordeste e Amazônia, territorializando a luta pela terra. Nesse período de reconstrução da democracia no Brasil e início da Nova República, os camponeses Sem-Terra definiram a ocupação da terra como forma de resistência da luta camponesa. FERNANDES (2009, p.06)

Em 1985 no primeiro congresso do movimento na cidade de Curitiba – PR definiu a ocupação de terras como uma forma de resistência da luta camponesa. Com o então Presidente da República, Fernando Collor de Melo, grande defensor dos latifundiários, as repressões contra o movimento sem-terra não tinha limites e a força policial, juntamente com o Poder Judiciário, era uma nova cerca para impedir as ocupações dos camponeses:

Por causa de tamanha repressão e sem perspectiva de fazer a luta pela terra avançar, os sem-terra voltaram-se para outra dimensão organizativa, investindo no desenvolvimento do Sistema Cooperativista dos Assentamentos de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB. Esse fortalecimento da luta promoveu a territorialização do Movimento, que a cada dia contava como apoio da sociedade, enquanto o presidente fora impedido pelo Congresso Nacional, por ser criador e criatura de um profundo e não explicado processo de corrupção. FERNANDES (2009, p.08)

A luta pela reforma agrária, de fato, precisa assumir uma nova roupagem sob outras perspectivas de atuação e ações quanto a um novo modelo de desenvolvimento para a agricultura familiar e camponesa. Desta maneira, o MST nos anos 90 se territorializou em todas as regiões do Brasil, se consolidando como uma das principais forças políticas do País.

É importante informar que durante os anos 90 morreram mais pessoas na luta pela terra, do que nos anos da Ditadura Militar:

[...] Segundo pesquisa da Comissão Pastoral da Terra, nos 20 anos da ditadura militar – 1964 – 1984, foram assassinadas 42 trabalhadores por ano. De 1985 a 1989, esse número triplicou e chegou a 117 assassinatos por ano. De 1990 a 1993, morreram 52 pessoas na luta pela terra. No período governo FHC – 1994 – 1997, esse número foi de 43 pessoas assassinadas por ano. Numero maior que do período da ditadura. FERNANDES (2009, p.08)

Durante anos, os movimentos camponeses tentaram quebrar a estrutura de poder dos latifundiários através da luta pela terra. Por mais que tenha tido vários conflitos entre os camponeses e os coronéis, ainda não foi o suficiente para a conquista da reforma agraria. Ainda há grandes e longas caminhadas para se chegar a essa conquista.

## 1.2 O MST e sua atuação na luta pela Reforma Agrária no Brasil

O Brasil tem uma grande concentração de riquezas, contudo, é um país caracterizado por grandes desigualdades sociais, temos como exemplo o espaço agrário. Maior parte das terras, estão concentradas nas mãos dos grandes latifundiários, sendo necessário uma reforma agraria, como afirma Girardi (2008, p. 03). “A reforma agraria é socialmente justificável e indispensável para proporcionar o desenvolvimento do Brasil”. A luta pela reforma agraria tem se dado através das ações dos movimentos socioterritoriais, como o MST, CPT, Sindicatos rurais, etc. Neste processo, as ocupações de grandes propriedades para criação de assentamentos rurais tem sido um importante instrumento de acesso à terra.

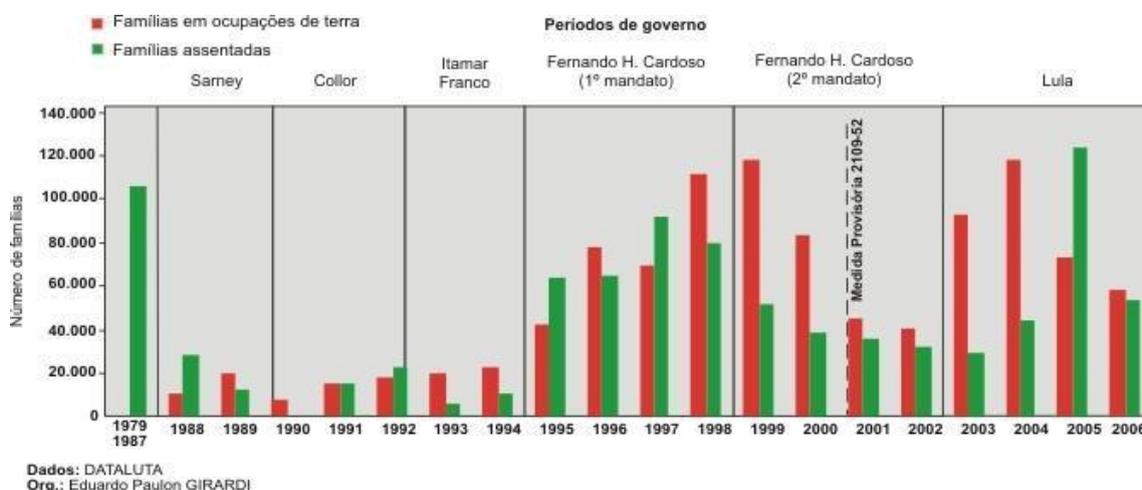
A luta não é só pela terra, e sim pela permanência na terra, pois o governo não tem oferecido condições. Sendo necessário, após a conquista da terra, a luta pela habitação rural, água, assistência técnica, posto hospitalar, educação, crédito, dentre outros fatores para que os camponeses permaneçam na terra.

As áreas de ocupação realizadas pelos movimentos socioterritoriais, são áreas de latifúndios, como relata o autor Girardi (2008, p. 08):

As áreas ocupadas são principalmente latifúndios, terras devolutas e imóveis rurais onde leis ambientais e trabalhistas foram desrespeitadas. De modo geral, as propriedades ocupadas são aquelas que apresentam indicativos de descumprimento da *função social da terra*, definida no artigo 186 da Constituição Federal. Como o Estado não apresenta iniciativa para cumprir a determinação constitucional, os movimentos socioterritoriais agem para que isso aconteça. Ultimamente, além de lutar contra o latifúndio, os movimentos socioterritoriais camponeses iniciaram a luta contra a territorialização do agronegócio em suas formas mais intensas e, por isso, as ocupações têm ocorrido em áreas de produção de soja transgênica, cana-de-açúcar e plantações de eucalipto, por exemplo Girardi (2008, p. 08).

O gráfico a seguir demonstra a evolução da luta pela terra no Brasil entre 1979 e 2006.

GRÁFICO 1 – Brasil – A luta pela terra e sua conquista – 1979-2006



As ocupações se davam a partir da necessidade de reforma agrária, posto que este governo estava a favor da manutenção do latifúndio no Brasil. Destaca-se a forte perseguição aos movimentos sociais e a criação de elementos jurídicos para frear as políticas de acesso à terra no Brasil.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, apresentou um grande crescimento dos números de ocupações. Atribuímos este fato a esperança que os movimentos territoriais depositaram em Lula quanto a efetivação de uma reforma agraria ampla, porém a mesma não ocorreu:

Desde 1988 foram realizadas no país mais de sete ocupações de terra, das quais participaram cerca de um milhão de famílias cujos lares foram (ou ainda são), por vários anos, os barracos de lona dos acampamentos. Em resposta, os governos criaram desde então, 7.230 assentamentos rurais, cuja área total de 57,3 milhões de hectares comporta cerca de 900 mil famílias. Girardi (2008, p. 04).

Podemos ainda afirmar que:

Os assentamentos podem ser criados a partir de a) terras desapropriadas, cujos proprietários são indenizados (a terra é comprada pelo estado); b) reconhecimento de posses e c) projetos de conservação ambiental, que reconhecem unidades de conserva ação de uso sustentável como assentamentos. Girardi (2008, p. 05).

Ainda de acordo com o autor, os assentamentos rurais são classificados como reformadores e não reformadores:

O grupo dos assentamentos não reformadores compreende os seguintes tipos, cuja características são: CQ e PFP: reconhecimento de terras e beneficiários;

FLORA, PAE, PAF, PDS, RDS, RESEX: caráter ambiental, reconhecimento de terras e beneficiários; PAC, PC e PIC: projetos de colonização de novas áreas; PDA: colonização e titular; PAR: titulação de posses; PRB: beneficiários e compensação de passivo social. O grupo dos assentamentos reformadores compreende os tipos PA, PAM, PCA e PE, cujas terras de origem são, em grande parte desapropriadas. (GIRARDI, 2008, p.05).

O autor segue:

De modo geral, os assentamentos não reformadores são os reconhecimentos de posse, assentamentos criados a partir de terras públicas, unidades de conservação sustentáveis e outros projetos de caráter ambiental. Esses assentamentos se confundem com as políticas ambiental e de ocupação território. A criação de unidades de conservação de uso sustentável, reconhecidas como assentamentos rurais, não desconcentra a terra. Essas áreas não fazem parte da estrutura fundiária e geralmente são criadas em terras públicas, o que não implica em desapropriação de terras. A regularização de posses também não implica em desapropriação de terras. Desta forma, consideramos que o reconhecimento de posses e a criação de assentamentos em terras públicas são formas de alterar a estrutura fundiária com a adição de novas áreas e de novos detentores, sem que seja, dividir as terras. No caso dos assentamentos não reformadores o campesinato se territorializa sem que haja a desterritorialização do latifúndio. Para os assentamentos reformadores as terras são arrecadadas geralmente a partir de desapropriação, o que representa o mais alto grau de reforma da estrutura fundiária possível na legislação brasileira atual. Através da criação desses tipos de assentamentos é cumprido o artigo 186 da Constituição e a estrutura fundiária é de fato desconcentrada: com os assentamentos reformadores o campesinato se territorializa a partir da desterritorialização do latifúndio e isso é reforma da estrutura fundiária (GIRARDI, 2008, p. 05).

### **1.3 A contra-reforma agrária no Brasil: os programas de compra e venda da terra**

O Brasil implantou no ano de 1996, no governo então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, os programas de compra e venda da terra. Estes foram alvo de diversas críticas por parte da oposição e dos movimentos sociais de luta pela terra. Os supracitados programas apresentaram diversos problemas, dentre eles, a grande dificuldade por parte das famílias assentadas para pagar as prestações e amortizar a dívida de compra da terra. De acordo com o autor:

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ampliou as linhas de financiamento e, por meio da criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário de mudanças legais no Fundo de terras, transformou essa proposta em uma política de estado, com aportes de recursos regulares do Orçamento Geral da União (GIRARDI, 2008, p.06).

Apesar dos movimentos territoriais serem contra essa política que foi denominada de reforma agrária de mercado, o programa continuou-se sendo implantado de uma forma crescente no Brasil.

Diante a vertente do autor, podemos afirmar que:

Os conflitos fundiários no estado mais rico da Federação (São Paulo), a marcha do MST para Brasília (1997), o aumento dos conflitos e assassinatos no campo, entre outros motivos, recolocaram a demanda por reforma agrária na pauta nacional nos anos 1990. Somada as pressões internas, a repercussão internacional dos massacres de Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA) forçou a criação do Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária em 1996 (GIRARDI, 2008, p.06).

O programa tinha como objetivo primordial, diminuir os conflitos e combater a pobreza rural:

Essa junção de interesses possibilitou a formulação e a implementação do projeto-político de “reforma agrária de mercado” denominado Cédula da Terra (1996-1997), como uma experiência alternativa de acesso à terra via mecanismo de compra e venda. O governo FHC instituiu o financiamento público para a compra privada de terras como um mecanismo para aliviar tensões sociais no campo e retornar o protagonismo político na condução da política agrária (GIRARDI, 2008, p.06).

O discurso governamental teve três aspectos centrais como relata o autor:

O discurso governamental ganhou então três aspectos centrais, sendo o primeiro uma crítica radical ao instituto das desapropriações, passando a afirmar que esse mecanismo de reforma agrária deveria ser repensado e mesmo abandonado porque o modelo constitucional era ineficiente e as desapropriações caras e morosas. (SAUER 2003) (...) O segundo argumento em defesa dos programas de compra e venda (acesso à terra via mercado) era a falta de recursos públicos. Não havendo recursos orçamentários suficientes para executar programas sociais caros como a reforma agrária, o país precisava de dinheiro e o Banco Mundial estava oferecendo recursos, criando uma nova fonte de financiamento do acesso a terra (TEÓFILO 2000). (...) O terceiro aspecto do discurso governamental era que, historicamente, as ações governamentais sempre foram “a reboque” dos movimentos sociais organizados. Os projetos de assentamentos, bem como todas as ações de reforma agrária, eram resultados de conflitos e pressões exercidas pelos movimentos organizados. A intenção era então tornar o governo o agente principal do processo, criando um mecanismo pacífico de acesso à terra, disponibilizando recursos via empréstimos para a negociação entre proprietários vendedores e famílias compradores (BANCO MUNDIAL,2000c).

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) implantou quatro programas de reforma agrária, sendo o primeiro “Reforma Agrária Solidária; o segundo o Cédula da Terra; o terceiro Fundo de Terras/Banco da terra e o quarto programa é o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural:

Esses quatro projetos ou programas (reforma Agrária Solidária, Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário), apesar de pequenas diferenças, constituem a materialização da “reforma agrária de mercado” no Brasil. É importante, no entanto, salientar uma diferença em relação ao Fundo de Terras/Banco da terra, que não se reduz a um programa governamental, mas possui caráter permanente, ganhando o *status* de política de estado (PEREIRA,2004). Este caráter foi reforçado com a criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário, em 2004 (PEREIRA, 2006, p. 25)

Os diferentes movimentos de organizações sociais (CONTAG, MST, CPT entre outros) fizeram duras críticas a implantação do projeto Cédula da Terra:

Os documentos obtidos eram sobre a implantação da Cédula nos estados, mais especificamente laudos técnicos sobre as áreas, preços das terras, números de

famílias envolvidas e outras informações relacionadas aos projetos implantados. Estes documentos apontavam uma série de irregularidades – ou possíveis irregularidades, pois muitos laudos e documentos estavam em branco ou não eram assinados – como, por exemplo, todos os laudos técnicos em Minas Gerais foram elaborados após a compra das áreas e colocação das famílias nos projetos. (WOLF e SAUER, 2001, p. 15)

O Autor afirma ainda que:

Diante da falta de dados sobre mercado de terras, o discurso oficial valorizava muito o laudo técnico como um mecanismo central para definir uma boa compra (avaliação da área, condições da terra, capacidade de produção, quantas famílias a área suportaria etc.). Os documentos revelavam, no entanto, que esses laudos eram feitos depois da compra, pois as datas eram posteriores a formalização dos contratos e as observações do técnico responsável só avaliavam o número de famílias que já estava na área etc. (SAUER, 2003, p. 20)

O Autor afirma que:

Mais importante, vários laudos apontavam problemas nas áreas adquiridas, tais como terras de baixa fertilidade ou com falta de água, áreas pequenas em relação ao número de famílias. Outros laudos ainda sinalizavam que havia áreas improdutivas (áreas extensas e com baixa ou nenhuma produção) e que, portanto, poderiam ser desapropriadas para fins de reforma agrária (WOLF e SAUER, 2001, p. 16).

Com base nessas informações, os movimentos sociais formaram contra esses projetos de “reforma agrária”, posto que terras improdutivas foram sendo adquiridas, inviabilizando o trabalho e produção, bem como o pagamento da parcela de financiamento.

Em dezembro de 2000, o Banco Mundial aprovou um novo empréstimo destinado a financiar o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural como o legítimo substituto do Cédula da terra (BANCO MUNDIAL, 2000c). Segundo informações do próprio Ministério do desenvolvimento Agrário, no entanto, este programa “apenas iniciou a ser executado a partir de 2004”, já no mandato do Presidente Lula (2003)

Para Pereira e Sauer (2006)

O Programa nacional de Crédito Fundiário tinha como meta financiar a compra de terras por 130 mil famílias, entre 2003 e 2006, segundo dados do II Plano Nacional de Reforma Agrária (INCRA, 2003). A meta do programa de reforma agrária via desapropriações era assentar 400 mil famílias no mesmo período (IDEM, 2003), portanto, esses projetos de mercado correspondiam a cerca de 30% das metas de assentamento (p. 18)

De acordo com o MDA (2003):

Apesar destas projeções, os dados sobre a execução dos projetos estão muito abaixo das metas do próprio governo federal e do Banco Mundial. Estavam previstos financiamentos, no exercício de 2003-2004, de 37.500 mil famílias pelas três linhas do programa, distribuídas em “12.800 famílias beneficiadas através do componente Combate à Pobreza Rural; 8 mil jovens beneficiados pelo Nossa Primeira Terra; 16.700 famílias beneficiadas através do componente Consolidação da Agricultura Famílias” (MDA, 2003, p.16)

Para (PEREIRA E SAUER, 2006).

Há várias avaliações desses programas, inclusive muitas financiadas pelo próprio Banco Mundial, sendo que algumas apontam dificuldades enfrentadas pelas famílias envolvidas como, por exemplo, nível elevado de abandono dos lotes devido à falta de condições mínimas de vida nas áreas (SAUER e

VICTOR, 2002). Além disto, uma crítica constante era o processo de endividamento das famílias envolvidas e a impossibilidade de amortizar a dívida (p. 19)

O governo federal teve que renegociar as dívidas das famílias do programa de compra e venda da terra, e umas das questões discutidas é se as famílias teriam condições para pagar o crédito. Com Base em Sauer “Mesmo assim, a proposta é continuar implementando a “reforma agrária de mercado” no Brasil”. Na qual tem-se como objetivo principal a desmobilização dos movimentos socioterritoriais.

Sauer (2006) afirma que:

O resultado dos programas de “reforma agrária de mercado” é, além de uma disputa político-ideológica com os movimentos sociais agrários, um processo de endividamento crescente das famílias envolvidas. Acessaram à terra via financiamento buscando realizar um sonho, mas terminam com o pesadelo de uma dívida impagável, conforme admitem e demonstram os documentos oficiais propondo uma renegociação. É essa passagem de sonho para pesadelo que deve ser profundamente revista e não apenas renegociada (p. 22)

Segundo Vasconcelos (2007, p. 40):

A “reforma agrária de mercado” é uma política que utiliza mecanismos de mercado como forma de intervenção na questão agrária, através do processo de compra da terra pelos trabalhadores rurais sem terra e minifundistas, tendo como principal financiador o Banco Mundial. A partir da metade da década de 1990, essa política revela uma nova forma por parte do Estado de tratar a questão agrária.

## **2. A REALIDADE DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE PIRANHAS – AL**

O município de Piranhas está localizado no sertão alagoano, há 291 km da capital Maceió, as margens da AL 220 km. Tem um grande destaque na cultura e no turismo por ser uma cidade histórica, uma outra base econômica do município é a agricultura.

No âmbito dessa questão, como parte dos elementos que compõem o espaço agrário de Piranhas, destacamos os assentamentos de Reforma Agrária e de compra e venda da terra. O município apresenta um total de quinze (15) assentamentos, sendo dez (10) advindos dos recursos de financiamento para compra da terra (Assentamento Baixa da Légua; Boa Vista dos Ventura; Boa Vista; Piau; Terra Nova; Nossa Senhora da Saúde; Picos I; Picos II; Quiribas e Ouro Preto), e cinco (5) via desapropriação para fins de Reforma Agrária (Assentamento Olga Benário; Margarida Alves; Antônio Conselheiro; Dois Irmãos e Lagoa da Cachoeira).

### **2.1 O processo de formação e de produção dos assentamentos**

Todos os assentamentos do INCRA passaram pelo processo de acampamento/ocupação, considerado um dos momentos mais difíceis no processo de luta

pela entrada na terra. Fernandes (2009) atribui ao período de acampamento o momento de construção da identidade sem-terra e do senso de coletividade entre as famílias.

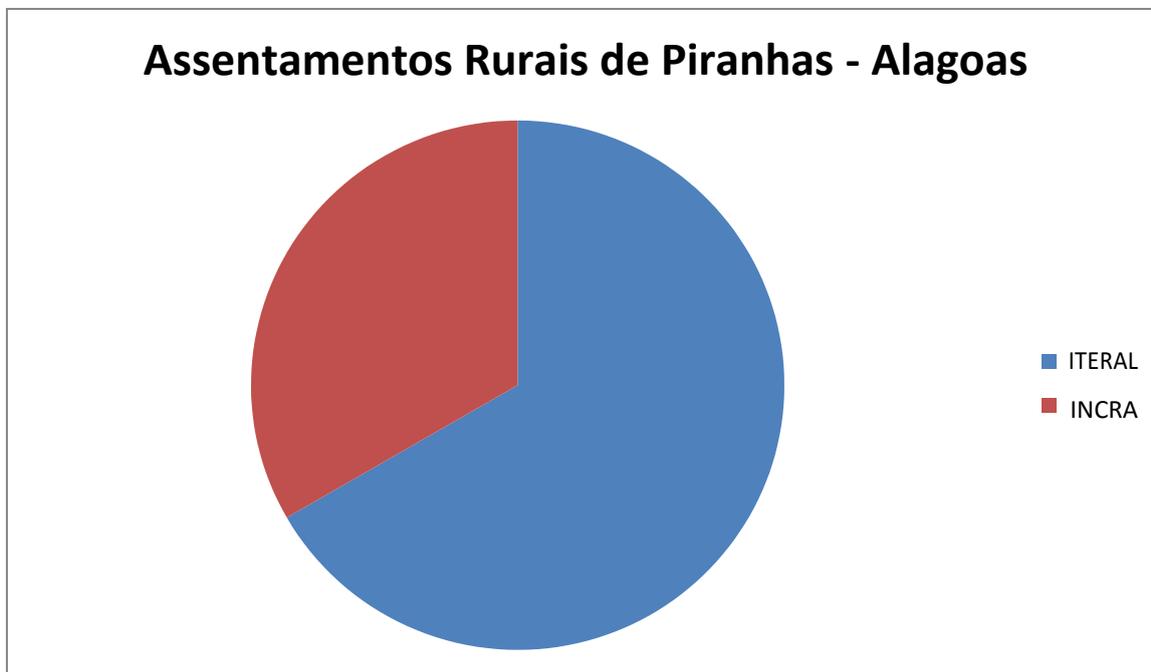


GRÁFICO 1: ASSENTAMENTOS RURAIS DE PIRANHAS – ALAGOAS

O período de morada embaixo das lonas pode durar meses, como também anos. O processo de luta é demarcado por um forte processo de resistência na busca de realização do grande sonho que é a conquista da terra de trabalho e de morada.



GRAFICO 2: TEMPO DE DURAÇÃO DE ACAMPAMENTO MST.

Assim, as propriedades adquiridas via financiamento não perpassam pela fase de acampamentos. Geralmente as famílias já moram na própria propriedade ou próximo a área, são filhos de pequenos agricultores que não tem terra própria para trabalhar.

Destaca-se a importância do acampamento no processo de construção identitária, bem como a importância de manutenção desses espaços a partir do apoio dos movimentos de luta pela terra. O forte apoio desses movimentos e as dificuldades que surgem após a entrada na terra. Neste sentido, os programas de compra e venda da terra e vários dos seus problemas estão atribuídos a falta de apoio, seja por parte do Estado, como dos movimentos e demais organizações. A desinformação quanto a compra da terra é algo em característico que desemboca em problemas maiores, a exemplo do nível de evasão nas supracitadas áreas.

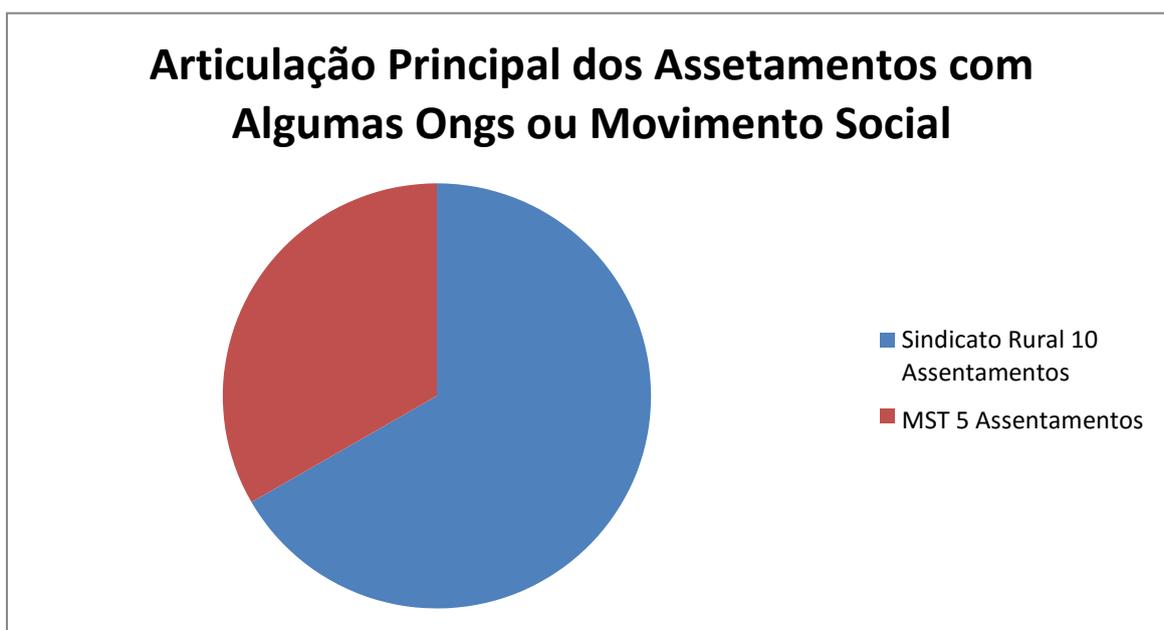


GRÁFICO 4: ARTICULAÇÃO PRINCIPAL DOS ASSENTAMENTOS COM ALGUMAS ONGS OU MOVIMENTO SOCIAL

No processo de construção de um olhar geográfico sobre os assentamentos rurais em Piranhas, abordamos ainda em nossa pesquisa, as atividades econômicas encontradas na referidas áreas.

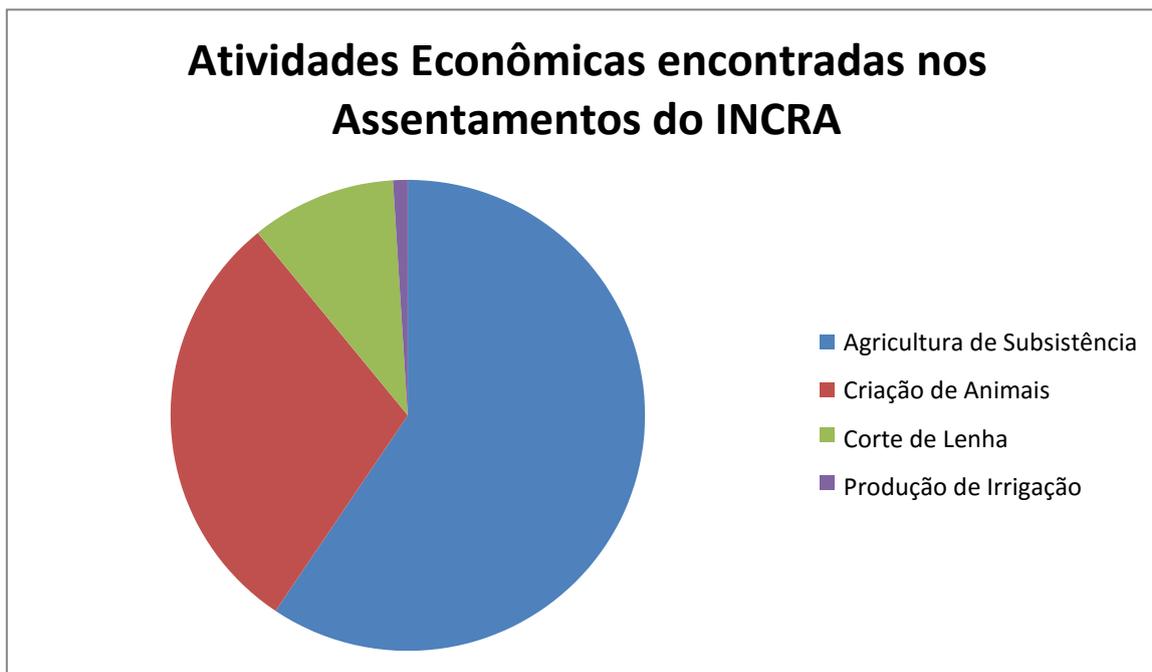


GRÁFICO 5: ATIVIDADES ECONÔMICAS ENCONTRADAS NOS ASSENTAMENTOS DO INCRA

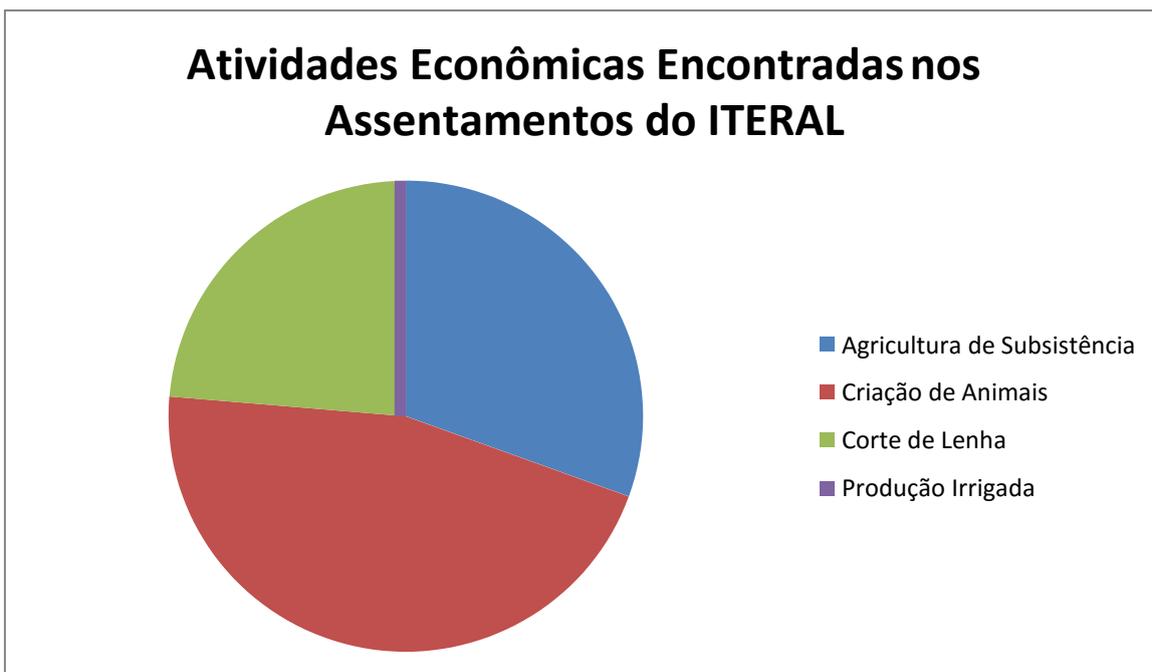


GRAFICO 6: ATIVIDADES ECONÔMICAS ENCONTRADAS NOS ASSENTAMENTOS DO ITERAL

No âmbito do processo produtivo nos assentamentos estudados, destaca-se os produtos de grãos crioulos. Estes são plantados no inverno, durante o mês de abril e maio, e são colhidos nos meses de setembro e outubro.

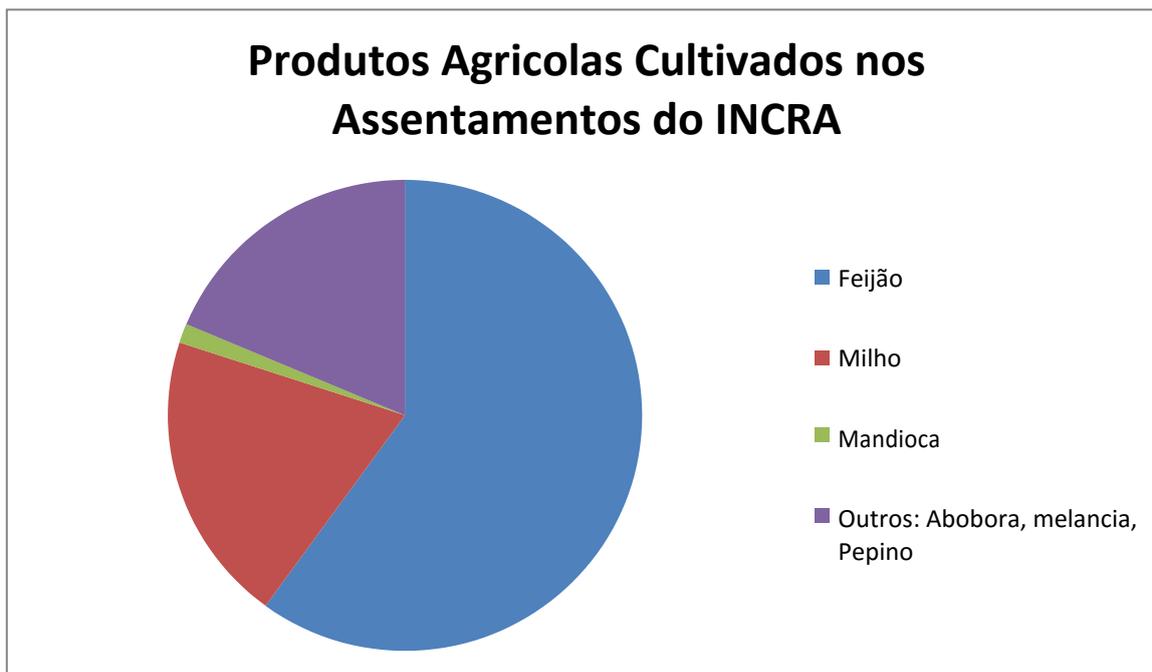


GRÁFICO 7: PRODUTOS AGRICOLAS CULTIVADOS NOS ASSENTAMENTOS DO INCRA

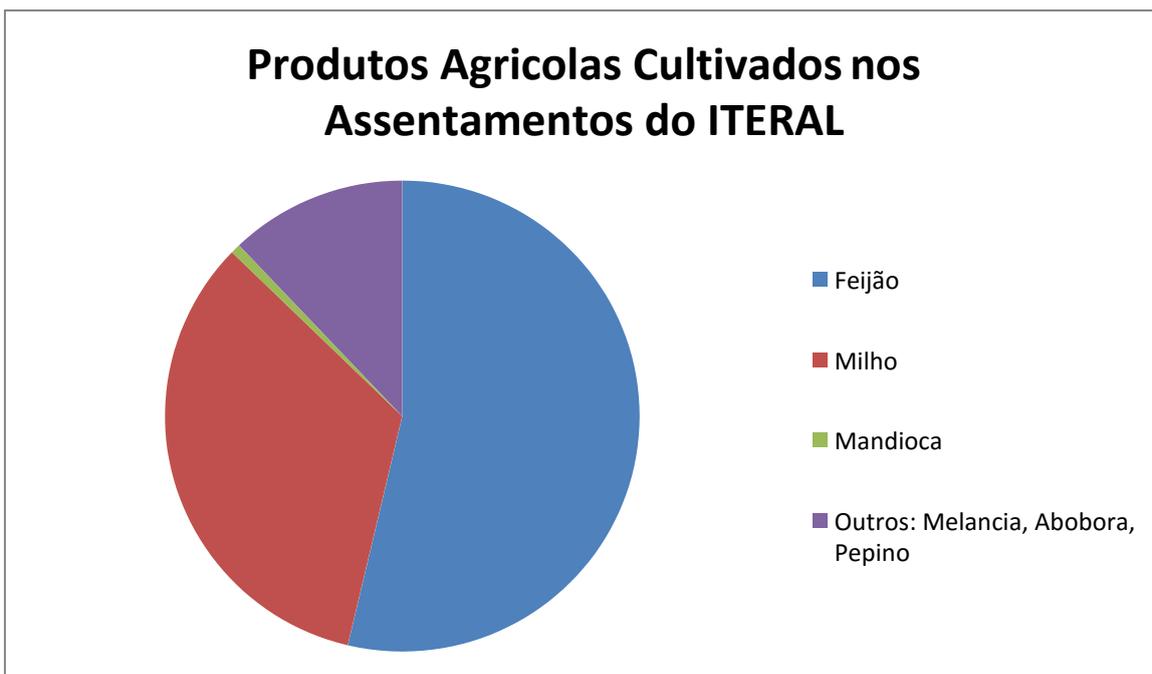


GRÁFICO 8: PRODUTOS AGRICOLAS CULTIVADOS NOS ASSENTAMENTOS DO ITERAL

Dessa maneira, destacamos o feijão e o milho como produtos agrícolas que mais se destacam tanto nos assentamentos INCRA quanto ITERAL. Em seguida aparece produtos como abóboras e frutas e em menor quantidade, a mandioca.

Tentamos entender ainda a geração de renda nesses assentamentos a partir da criação de animais, estas aparecem como complementar no processo de ajuda na permanência desses assentados no campo.

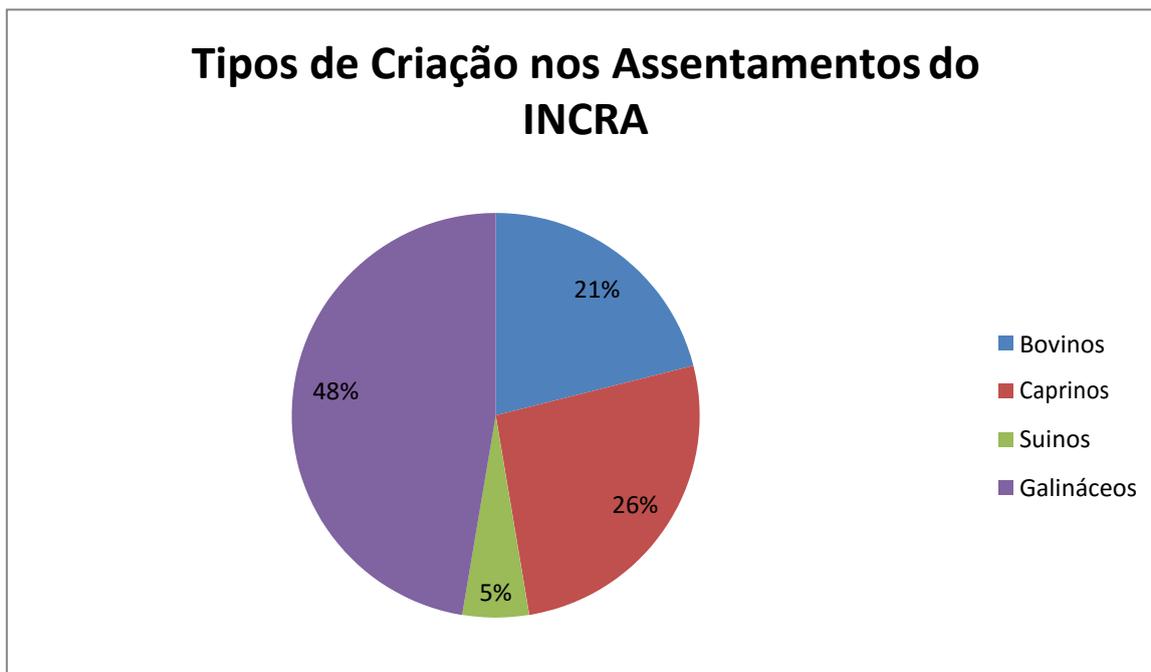


GRÁFICO 9: TIPOS DE CRIAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DO INCRA

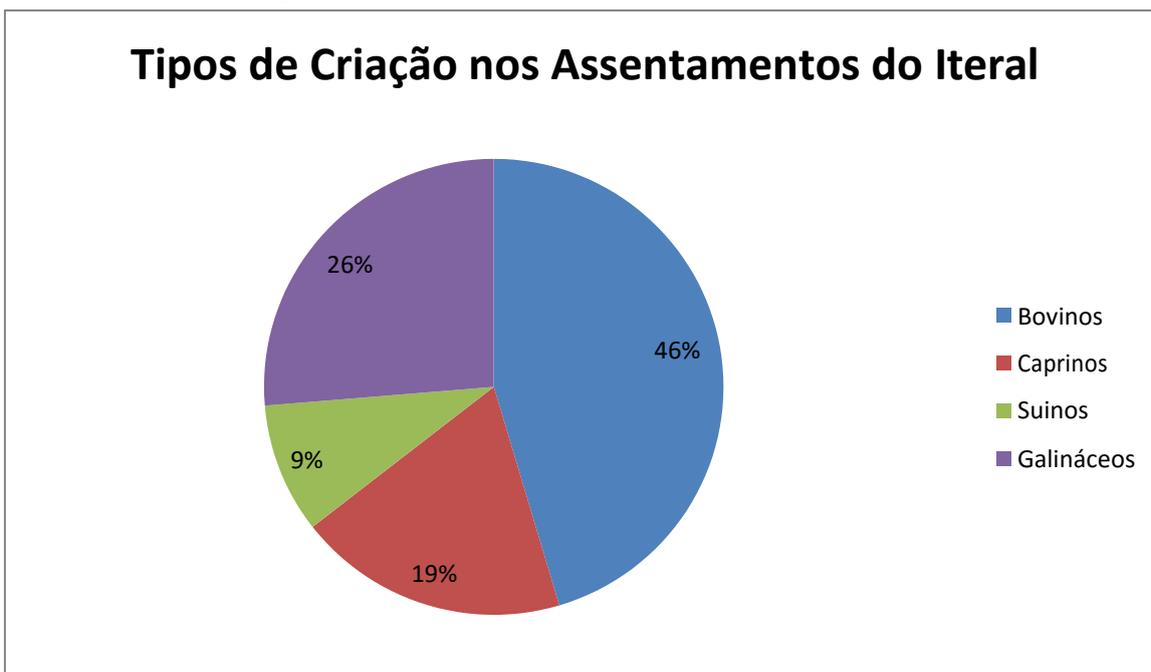


GRÁFICO 10: TIPOS DE CRIAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DO ITERAL

Quanto a criação de animais, percebe-se diferenças quanto os dois grupos de assentamentos. Assentamentos federais destaca-se a criação de pequenos animais e contraposição a criação de bovinos nos assentamentos de compra e venda. Em seguida aparecem a criação de caprinos e suínos.

Analizamos a produção agrícola e agropecuária nos assentamentos pesquisados, destacamos as grandes dificuldades enfrentadas devido a seca ocorrida no Nordeste nos

últimos seis anos. Assim, não só os assentados como também os pequenos produtores rurais, tiveram grandes dificuldades de produzir na área rural.

## 2.2. Aspectos populacionais das famílias assentadas

As famílias assentadas passam por diferentes processos na luta pelo acesso a terra, esses processos se dão desde a ocupação das terras, a entrada, a construção das casas e cisternas, até o acesso ao crédito para iniciar o processo produtivo. Todas essas etapas e suas dificuldades geram desânimo quanto a conquista do tão sonhado pedaço de terra, podendo estas famílias desistir da luta no meio do caminho e da trajetória. Neste sentido, nossa pesquisa também se debruçou sobre os aspectos populacionais desses assentamentos.

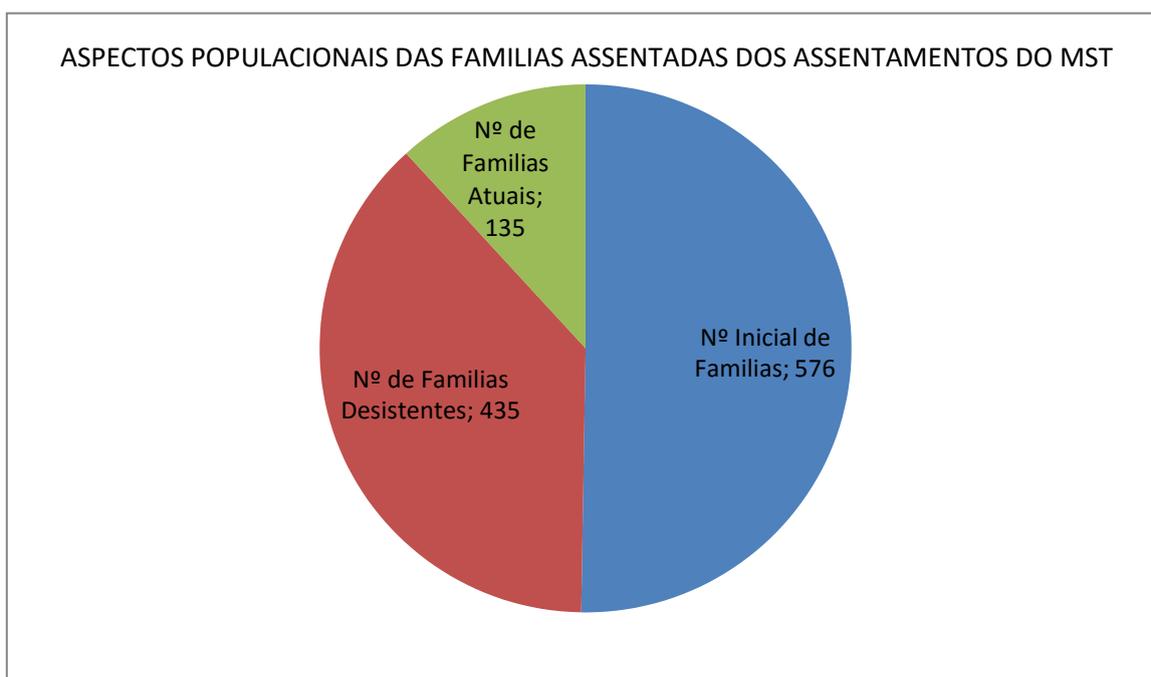


GRÁFICO 11: ASPECTOS POPULACIONAIS DAS FAMILIAS ASSENTADAS DO MST.

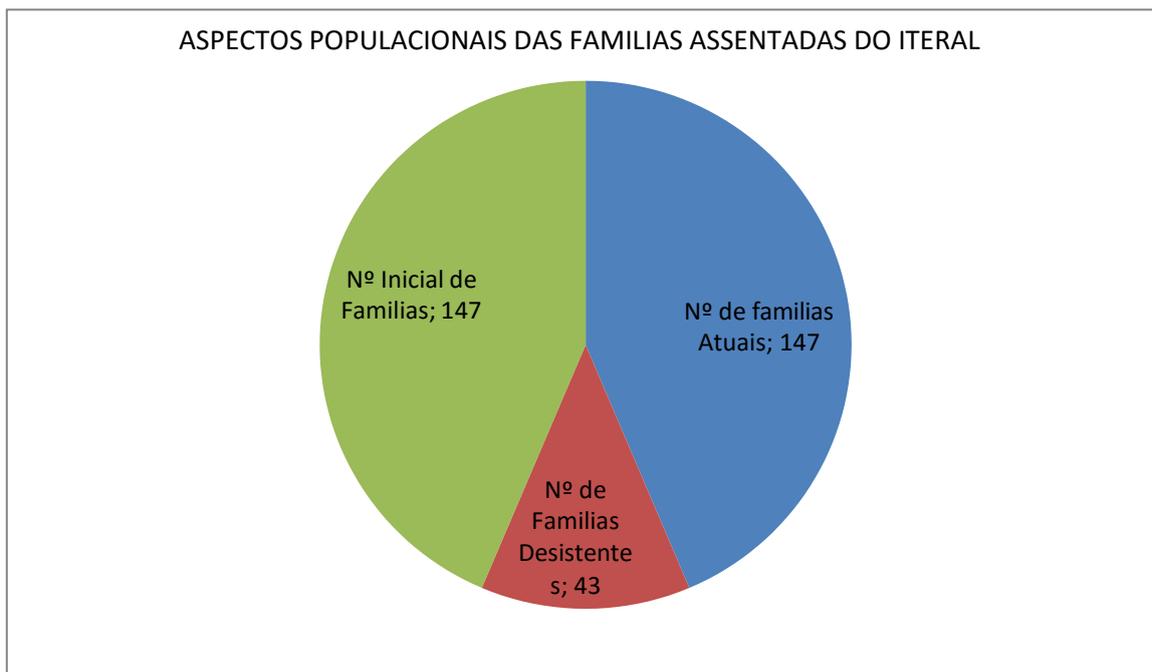


GRÁFICO 12: ASPECTOS POPULACIONAIS DAS FAMILIAS ASSENTADAS DO ITERAL.

Os gráficos acima abordam o quadro atual das famílias nessas áreas, bem como o nível de evasão das famílias assentadas. Podemos atribuir tal fato a uma série de elementos que vão desde o processo que antecedeu a entrada das famílias na terra, como o fato das famílias envolvidas no processo de compra e venda da terra não terem vivenciado o acampamento da propriedade e fortalecido a motivação/identidade para com a terra de trabalho. Atribuimos ainda esses dados a falta de políticas públicas direcionadas para as áreas de Reforma Agrária.

Infelizmente identificamos em nossa pesquisa a necessidade de parte das famílias assentadas precisarem complementar a renda prestando serviço fora dos assentamentos, dado que aponta para algumas contradições na política de criação de assentamentos no Brasil, quando esta deveria proporcionar a permanência do campesino no campo.

Figura 1: Aplicação do Questionário Com a Liderança Damião Bezerra de Lima, Março de 2017



FONTE: ALVES, J. C. O. da C. Março de 2017

Outro aspecto por nós abordado é quanto a processo organizativo dessas áreas. Nas reuniões mensais que são realizadas nos assentamentos, a participação das mulheres e dos jovens são regulares, sendo estas realizadas ou na casa da liderança do assentamento, ou na casa da fazenda, ou no salão de reuniões. Nenhuma liderança é filiada a Partido Político.

Figura 2: Reunião do Banco do Nordeste no Assentamento Picos II, Julho de 2017.



FONTE: ALVES, J. C. O. DA C. Julho de 2017

Figura 3: Reunião do Banco do Nordeste no Boa Vista dos Venturas - Espinheiro, Julho de 2017.



FONTE: ALVES, J. C. O. DA C. Julho de 2017

### 2.3. Condições Infraestrutura e presença de serviços

Os assentamentos do Município de Piranhas – AL basicamente tem a mesma infraestrutura. Nenhum deles dispõe do uso de irrigação, ou utilização de poço artesiano. Dos assentamentos pesquisados, apenas os assentamentos Margarida Alves e Antônio Conselheiro tem água encanada.

Figura 4: Cisterna de água para a distribuição de água dos Assentamentos Margarida Alves e Antônio Conselheiro, Outubro de 2017.



FONTE: ALVES, J. C. O. DA C. Outubro de 2017

Figura 5: Caixa de água para a distribuição de água dos Assentamentos Margarida Alves e Antônio Conselheiro, Outubro de 2017.



FONTE: ALVES, J. C. O. DA C. Outubro de 2017

Mesmo com uma caixa de água nos supracitados assentamentos, a água não chega as casas das famílias, sendo necessário que estas recorram ao carro pipa, sendo esta também uma realidade dos demais assentamentos da região.

Apenas os Assentamentos Picos II do Crédito Fundiário e o Assentamento Lagoa da Cachoeira, não estão nem com as casas e nem com as cisternas construídas.

Figura 6: Casa e cisterna da Senhora Luciene no Assentamento Quiribas, Março de 2017.



FONTE: ALVES, J. C. O. DA C. Março de 2017

Nenhum assentamento tem estabelecimento de ensino, sendo necessário os alunos se deslocarem através do transporte escolar para os estabelecimentos mais próximos.

Boa parte dos assentamentos possui como área de lazer apenas o campo de futebol. Em relação a saúde, nenhum assentamento possui posto médico e os assentados se descolam para os postos de saúde que ficam localizados nas áreas urbanas mais próximas. As famílias alegam a visita regular da agente de saúde municipal. Todos os assentamentos possuem serviço de energia elétrica. Quanto a presença de igreja, existe apenas no assentamento Antônio Conselheiro, a Igreja Assembleia de Deus.

Figura 7: Rede de energia do Assentamento Baixa da Légua, Julho de 2017.



FONTE: ALVES, J. C. O. DA C. Março de 2017

Figura 8: Igreja Assembleia de Deus no Assentamento Margarida Alves, Outubro de 2017.



FONTE: ALVES, J. C. O. DA C. Março de 2017

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os elementos por nós abordados na tentativa de traçarmos um quadro quanto a situação vivenciada pelos assentados do município de Piranhas apontam para a complexidade vivenciada por essas famílias antes, durante e depois da entrada na terra. Nossas análises revelaram que a política Reforma Agrária que vem sendo pensada para o Brasil tem comprometido a territorialização das famílias que adentram nas áreas reformadas. Atribuímos tal fato a problemas estruturais e a falta de vontade política por parte do Estado de democratizar o acesso a terra. Destacamos no decorrer do trabalho elementos teóricos que nos ajudaram no entendimento das áreas de Reforma Agrária do município de Piranhas em Alagoas. Entendemos ainda que, as análises se apresentaram, contudo, consideramos ser esse trabalho apenas o início de uma trajetória acadêmica, bem como destacamos a importância do trabalho na luta e defesa da Reforma agrária no Brasil.

## REFERENCIAS

BRASIL INCRA, disponível em <http://www.incra.gov.br>. Acesso em 22/10/2017

\_\_\_\_\_, Estatuto da terra [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm) dia 27/07/2017

CORRÊA, Cynthia Cândida. Metodologia da pesquisa científica. MT 2013

DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra Relatório Brasil 2014

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária, pesquisa e MST. São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questão da Nossa Época; v.92).

MEDEIROS, Leonildes Sérvolo de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

SPOSITO, Eliseu Savério & SAQUET, Marcos Aurélio. Territórios e desenvolvimento: Diferentes abordagens. Francisco Beltrão, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004.

VASCONCELOS, Maria Francisca Teixeira. Reforma agraria de mercado e territorialização: um estudo a partir do programa cédula da terra em Canindé-CE / Maria Francisca Teixeira Vasconcelos. 2007

[http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/luta\\_pela\\_terra.htm](http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/luta_pela_terra.htm) referencia do gráfico 1

<https://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=270710> - acessado em 28 - 12- 2017 as 18: 02



6. OS ASSENTADOS TAMBÉM TRABALHAM FORA DO ASSENTAMENTO?

a)  SIM b)  NÃO

a)  EM OUTRA PROPRIEDADE RURAL \_\_\_\_\_

b)  NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO \_\_\_\_\_

7. PRODUTOS AGRÍCOLAS CULTIVADOS EM IMPORTÂNCIA:

a)  FEIJÃO c) MANDIOCA

b)  MILHO d) MACAXEIRA e) OUTROS: \_\_\_\_\_

8. REBANHO QUE PREVALECE NA ORDEM DE IMPORTÂNCIA:

a)  BOVINO b)  CAPRINO c)  SUÍNO d)  GALINÁCEOS

OUTROS: \_\_\_\_\_

9. USO DE IRRIGAÇÃO:

a)  SIM b)  NÃO TIPO: \_\_\_\_\_ CULTIVO: \_\_\_\_\_

#### **INRA-ESTRUTURA DO ASSENTAMENTO E SERVIÇOS**

1. ÁGUA ENCANADA: a)  SIM b)  NÃO

2. FONTE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA MAIS UTILIZADA NO ASSENTAMENTO:

a)  POÇO TUBULAR b)  AÇUDE OU BARREIRO c)  CARRO-PIPA d)  CISTERNA e)  OUTRO: \_\_\_\_\_

3. ENERGIA ELÉTRICA: a)  SIM b)  NÃO

4. DESTINO DO LIXO PELA MAIORIA DA POPULAÇÃO:

a)  COLETADO b)  ENTERRADO c)  JOGADO d)  QUEIMADO

e)  OUTRO: \_\_\_\_\_

5. EXISTÊNCIA DE POSTO DE SAÚDE: a)  SIM b)  NÃO

6. ATENDIMENTO MÉDICO PELO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA:

a)  SIM b)  NÃO

7. EXISTÊNCIA DE AGENTE DE SAÚDE: a)  SIM b)  NÃO

PERIODICIDADE: a)  BOA b)  REGULAR c)  PÉSSIMA

**8. EXISTÊNCIA DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO:**a)  SIM b)  NÃOa)  ENSINO INFANTIL b)  ENSINO FUNDAMENTAL c)  ENSINO MÉDIOd)  ENSINO PARA JOVENS E ADULTOS**9. PRESENÇA DE IGREJA: a)  SIM b)  NÃO**TIPO: a)  CATÓLICA b)  EVANGÉLICA c)  OUTRAS: \_\_\_\_\_**10. EXISTÊNCIA DE ÁREAS DE LAZER: a)  SIM b)  NÃO**a)  PRAÇA PÚBLICA b)  QUADRA DE ESPORTES c)  CLUBE d) CAMPO DE FUTEBOL e)  OUTROS: \_\_\_\_\_**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO ASSENTADO:**

1. NÚMERO DE ASSENTADOS SINDICALIZADOS: \_\_\_\_\_

2. FREQUENTAM AS REUNIÕES REGULARMENTE: a)  SIM b)  NÃO

3. LOCAL DAS REUNIÕES:

a)  SEDE PRÓPRIA CONSTRUÍDA c)  CASA ANTIGA DA FAZENDAb)  ESCOLA d)  OUTRO LOCAL: \_\_\_\_\_

4. QUAL A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO:

a)  BOA b)  REGULAR c)  PÉSSIMA

5. PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NO ASSENTAMENTO:

 BOA b)  REGULAR c)  PÉSSIMA6. FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DA LIDERANÇA: a)  SIM QUAL: \_\_\_\_\_ b)   
NÃO**RESPONSÁVEL PELA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO**\_\_\_\_\_  
DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_